**Proibição à burca na França: oprimir para libertar?**

Por Maíra Kubík Mano\*, para o [Opera Mundi](http://operamundi.uol.com.br/opiniao_ver.php?idConteudo=1446) (publicado em 13/04/2011)

Desde segunda-feira, passou a vigorar, na França, a proibição do uso da burca e do niqab – véu que cobre todo o rosto, deixando apenas um espaço para os olhos – em espaços públicos.

“Ajo em nome da dignidade da mulher”, disse o presidente Nicolas Sarkozy. “Esconder o rosto (…) coloca as pessoas em questão numa situação de exclusão e de inferioridade incompatível com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade afirmados pela República Francesa”, completou o primeiro-ministro François Fillon. O discurso de ambos, assim como de muitos grupos feministas, é de libertação das mulheres, que seriam oprimidas por seus maridos e pelo Islã.

A iniciativa convenceu a sociedade, pois, segundo pesquisa realizada pelo Pew Global Attitudes Project, 82% dos franceses aprovam a proibição da burca e do niqab.

Mas… será que os franceses perguntaram para as muçulmanas se a burca e o niqab são realmente uma imposição? Não era uma tarefa muito difícil: a estimativa é que apenas 2.000 mulheres portem essa vestimenta no país. Imagino que a França teria capacidade operacional de contatar pelo menos 10% delas para uma sondagem inicial.

Como a resposta provavelmente seria a de que elas querem usar a burca, os líderes franceses já tinham um discurso na ponta da língua: “Mesmo que essa prática seja voluntária, ela não pode ser tolerada em qualquer lugar público, dado o dano que provoca nas regras que permitem a vida em comunidade. É preciso garantir a dignidade da pessoa e a igualdade entre os sexos”, afirmou o governo, em uma mensagem ao Parlamento.

De fato, trata-se de (mais) uma grande lição de intolerância e autoritarismo travestida de “libertação”, algo bem Ocidental ultimamente. Afinal, ao impor a proibição da veste muçulmana, o país não resolve a questão, apenas joga para o âmbito do privado a suposta opressão das mulheres islâmicas.

O texto tenta prevenir-se disso. Além de impor uma taxa de 150 euros para quem violá-la, determina que qualquer pessoa que force outra a usar a burca seja punida com um ano de prisão e o pagamento de 30 mil euros. Mas se supondo, claro, que seja feita alguma denúncia, o que eu tendo a achar bastante difícil sem um trabalho prévio, por exemplo, de proteção à vítima.

Ou seja, não duvido que elas acabem ficando em casa porque não podem mais caminhar livremente com sua vestimenta, seja ela uma opção ou não.

E há ainda uma hipótese pior: e se a comunidade muçulmana decide rechaçar aquelas que seguirem a nova lei, o Estado francês irá intervir aí também? Provavelmente, não.

O mais complicado, acredito, é que a França simplesmente desconsidera o fato de que as mulheres muçulmanas têm cérebro. Ainda as vê como submissas e atrasadas, sem acesso à informação.

Bem, basta olhar as imagens das revoltas no mundo árabe para perceber que elas estavam, sim, nas ruas, participando ativamente dos protestos e expressando suas vontades. Salvo exceções que remontam a tradições tribais ou a regimes ultra-rígidos, como o saudita, as mulheres islâmicas, assim como as mulheres em todo o mundo, têm tido acesso às universidades e estão se organizando para modificar sua condição de vida. Muitas vezes baseadas numa leitura crítica do Corão, e não em sua rejeição.

Uma demonstração disso podem ser as muçulmanas que saíram na segunda-feira determinadas a serem presas pelo governo francês. “Eu quero me vestir como bem entender. Não fico reclamando daquelas ocidentais que saem por aí seminuas, por que elas têm que questionar o que eu uso?”, declarou uma delas.

É a partir do momento em que as vemos como iguais que podemos debater francamente se o uso do véu é ou não uma opressão, sem imposições legais que atropelem qualquer argumentação. A proibição da burca e do niqab é um atraso no caminho de um mundo com mais equidade porque não é construída por meio do diálogo e do convencimento.

Ah, e vamos, por favor, parar de achar que qualquer um que descarregue uma metralhadora no coletivo é muçulmano.

\*Maíra Kubík Mano é jornalista e mantém o blog Viva Mulher. Escreveu este artigo a convite do Opera Mundi

**Mutilação do clitóris escandaliza o mundo**

A mutilação genital feminina (MGF) é a prática de remoção do clitóris e dos lábios vaginais e até, em alguns locais, da suturação dos dois lados da vulva em meninas com a idade entre 4 e 14 anos. Sendo feita sem qualquer preocupação higiênica, com tesouras, facas, navalhas, agulhas e até pedaços afiados de vidro. Além disso, os agentes praticantes de tais atos, não possuem, na maioria dos casos, formação na área médica, agindo de forma arbitrária e não fazendo uso sequer de ferramentas adequadas e anestesias.

Praticada em muitos países do continente africano e também do asiático, ela vem levantando muitas dúvidas e contestações em sociedades outras. Quais as razões e o porquê disso? E o que acontece às mulheres, vítimas de tamanha crueldade? Devemos intervir na cultura, nas tradições de outrem para impedir que tal barbárie continue ocorrendo? Essa prática é vista moralmente ou não o é?

O clitoclatismo cultural

Muito se discute na sociedade Ocidental, a barbárie que é a prática do Clitoclatismo em sociedades ditas como arcaicas do continente Africano e Asiático. Esse assunto ganhou notoriedade através de celebridades, como a história da ex-modelo somali Waris Dirie, 44, mutilada aos 5 anos, que virou livro, filme, rendeu-lhe o título de embaixadora das Nações Unidas e ainda resultou numa fundação.

Segundo informações presentes em meios de comunicações como a internet, o parlamento de Guiné-Bissau está promovendo um caloroso embate, acerca da proibição da mutilação genital feminina, que está dividindo seus deputados. Ao buscarmos os argumentos de tais práticas, obsevarmos que o clitoclatismo ou a MGF se baseia em informações culturais e crendices que, se justificam, segundo as sociedades as quais estão inseridas, como mecanismos de identidade cultural, onde, segundo o conceito presente no dicionário dos Direitos Humanos:

“A identidade cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros. É um processo dinâmico, de construção continuada, que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço.”

 (Fonte: [http://jus.uol.com.br](http://jus.uol.com.br/))

**Questões:**

Com base nos conceitos de etnocentrismo e relativismo cultural responda as questões abaixo:

1) O que teria motivado a proibição da Burca e do Niqab na França?

2) O autor do segundo texto utiliza a palavra “barbárie” para classificar o clitoclatismo. Ao classificar uma cultura diferente da sua enquanto “bárbara”, o autor estaria sendo etnocêntrico? Justifique.

3)  Os textos problematizam a questão da mulher em diferentes sociedades. Qual relação existe entre os dois textos? Dê a sua opinião sobre o tema.